

Título do capítulo	PREFÁCIO – ENTRE RELAÇÕES DE CUIDADO E VIVÊNCIAS DE VULNERABILIDADE: DILEMAS DO VIVER, DESAFIOS DO INTERPRETAR
Autores(as)	Nadya Araujo Guimarães
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-026-4/prefacio

Título do livro	ENTRE RELAÇÕES DE CUIDADO E VIVÊNCIAS DE VULNERABILIDADE: DILEMAS E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS REMUNERADO NO BRASIL
Organizadores(as)	Luana Pinheiro Carolina Pereira Tokarski Anne Caroline Posthuma
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editoras	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Ano	2021
Edição	-
ISBN	978-65-5635-026-4
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-026-4

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ENTRE RELAÇÕES DE CUIDADO E VIVÊNCIAS DE VULNERABILIDADE: DILEMAS DO VIVER, DESAFIOS DO INTERPRETAR

Nadya Araujo Guimarães¹

De há muito a literatura das ciências sociais tem se interessado por entender o trabalho remunerado que se exerce no espaço da vida privada dos indivíduos, ou seja, dentro dos seus domicílios. A pujança dessas relações mercantis evidenciava a impossibilidade de se fixar uma fronteira indevassável entre os domínios do “público” e do “privado”, fazendo deslizar os termos da anteposição para o “público” e o “doméstico”, como quis Okin (1991).

Ademais, a velocidade com que se expandiram as ocupações remuneradas exercidas em domicílios logo chamou a atenção do campo dos estudos de gênero. Tal expansão andava de braços com o seu escasso reconhecimento simbólico, com uma complexa negociação das relações de autoridade na intimidade dos domicílios e com formas de sujeição extremas que resultavam da recusa a pleitos por direitos, desembocando na escassa proteção ao trabalho. A conjunção desses achados posicionou no centro da análise do trabalho feminino um novo objeto, o emprego doméstico. Seu relevo especial na configuração do trabalho na América Latina (Chaney e Castro, 1989) demandava uma teorização tão detida quanto a que vinha sendo dedicada ao tema do trabalho domiciliar não remunerado.

No caso brasileiro, esse novo campo de estudos frutificou com notável intensidade. Na verdade, nos anos 1960-1970, uma emergente linhagem da sociologia, inspirada na agenda do feminismo, sublinhou os elos entre emprego doméstico, patriarcado e capitalismo (Saffioti, 1978). Mais adiante, a literatura dos estudos de gênero destacou a bipolaridade que marcava as formas de participação das mulheres quando do seu intenso afluxo no mercado brasileiro de trabalho, cujos efeitos se faziam evidentes desde os anos 1970-1980; uma bipolaridade que trazia a marca da origem de classe e tinha, em um dos seus polos, o volumoso segmento das trabalhadoras domésticas (Bruschini e Lombardi, 2000).

1. Professora titular sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC).
E-mail: <nadya@usp.br>.

Desse modo, o território dos estudos do emprego doméstico foi aquele em que a crítica a uma “condição feminina” declinada no singular encontrou a mais ampla guarida. Tal crítica frutificou tão logo os estudos brasileiros sobre desigualdades e relações raciais foram fertilizados pela força política dos movimentos negros. O trabalho doméstico remunerado não era somente um reduto para nacionais (com frequência em migração interna) e mulheres, mas também a porta de entrada ao mercado de trabalho que se abria a determinadas mulheres: as negras, as pobres e as pouco escolarizadas (Nascimento, 1976; Gonzalez, 1979; Melo, 1998).

Estudos subsequentes seguiram aprofundando o conhecimento e enfrentando o desafio de reconhecer e interpretar as transformações que tiveram lugar no curso das últimas décadas. Aqueles de natureza sociodemográfica mostraram com precisão as mudanças que vinham ocorrendo tanto na relação de emprego, quanto no perfil das trabalhadoras domésticas (Ávila, 2009; Fraga, 2010; Picanço e Brites, 2014; Monçores, 2014; Guerra, 2017; Lima e Prates, 2019; Pinheiro *et al.*, 2019). Mais ainda, exploraram o perfil demográfico dos domicílios que podiam contratar uma trabalhadora doméstica (Guerra, 2017), e com isso podiam empunhar o sinal diacrítico que os afastaria do estigma associado à condição de “pobres”, como tão bem o percebera Goldstein (2009). As análises construídas explorando simultaneamente um prisma socioantropológico documentaram a imbricada e ambígua teia que ligava emoções e sujeição, trabalho e sentimentos, lealdades e antagonismos (Kofes, 2001; Brites, 2007; Goldstein, 2009; Freitas, 2010; Fraga, 2010). Recentemente novos resultados se acumularam no tema da construção das identidades e dos interesses coletivos, desvelando a dimensão política das práticas dessas trabalhadoras, tanto em sua construção no tempo (Bernardino-Costa, 2007), quanto em seus resultados e conquistas recentes (Acciari, 2019). Há que se considerar, ainda, o lugar igualmente relevante, nessa avalanche de novas interpretações, da contribuição da historiografia do pós-Abolição no Brasil (Telles, 2011; Souza, 2017). Com ela aprendemos que, se a racialização do trabalho doméstico remunerado é inseparável da experiência histórica da escravidão, nem tudo pode ser posto na conta do “peso do passado”, para usarmos a imagem tão cara ao mestre Florestan Fernandes. Desafia-nos, por consequência, entender como uma ocupação que nos anos oitocentos acolhia homens e mulheres (em proporção relativamente próxima) e foi porta de entrada para brancos portugueses açorianos tornou-se tão fortemente segregada por sexo e cor, *pari passu*, com a generalização do assalariamento como forma predominante de relação de emprego.

No bojo desse florescimento de interpretações, vem à luz o livro que está em suas mãos. *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil* foi a forma encontrada por suas organizadoras, Luana Pinheiro, Carolina Tokarski e Anne Caroline Posthuma, para celebrar – por meio da produção de novos conhecimentos – os

dez anos da aprovação da Convenção nº 189, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o emprego doméstico. Uma normativa em prol do trabalho digno para trabalhadores e trabalhadoras domésticos remunerados, ratificada pelo governo brasileiro apenas em 2018. Tal ratificação, não por acaso, foi antecedida da aprovação, em 2013, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional (EC) nº 72, regulamentada pouco depois, em 2015, pela Lei Complementar (LC) nº 150 da Presidência da República. Estes institutos normatizaram as relações de trabalho tecidas nos domicílios, dando a essas pessoas a necessária isonomia com respeito aos demais trabalhadores brasileiros. A decisão da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, bem como essa sucessão de iniciativas do governo brasileiro, no curto espaço de pouco mais que um lustro, dão testemunho do relevo adquirido pelo tema da regulação do trabalho doméstico remunerado. Um relevo que só logrou ultrapassar o âmbito da academia para alcançar o plano internacional dos organismos multilaterais e das políticas públicas nacionais dada a capacidade de agência do movimento das trabalhadoras domésticas.

Apesar disso, tal capacidade tem sido construída a duras penas. Ela se sustenta em dois tipos de esteios: por uma parte, o da (re)construção subjetiva, capaz de restabelecer a autoestima vilipendiada pelo preconceito e pela discriminação; por outra, o da construção coletiva, capaz de traduzir sofrimento individual em vontade política, erigindo formas institucionais de defesa dos interesses coletivos. Assim, do ponto de vista subjetivo, o alto preço cobrado pela racialização não apenas se expressa nos indicadores desiguais de renda e tipo de relação de trabalho que marcam as precárias condições de vida das empregadas domésticas, mas também, como aprendemos com Angélica Kely de Abreu, no capítulo 2, no estigma do preconceito e na experiência da discriminação. Estes são sofrimentos vividos intergeracionalmente, visto que atingem também os filhos e as filhas dessas trabalhadoras.

A capacidade de agência requereu também ultrapassar desafios institucionais, como bem documentam Laura Tereza Benevides, Luísa Cruz, Anna Bárbara Araujo e Krislane de Andrade Matias no capítulo 6. Nele, descobrimos que, no contexto brasileiro, a aprendizagem da representação e da negociação de interesses laborais parece ser um desafio que pesa sobre os ombros das trabalhadoras tanto quanto dos empregadores. Isso porque, entre nós, a institucionalização da defesa dos direitos e da regulação das condições de trabalho careceu ser arrancada das sombras da intimidade da residência patronal de modo a ser plantada no espaço público. A dificuldade de tal movimento transparece, como mostram as autoras, no vagar com que o sindicato se impõe como instituição, seja no espaço do território nacional, seja entre as categoriais em negociação. E, nesse sentido, a organização patronal é ainda mais incipiente que a de trabalhadoras. Mostrar tal complexidade, explorando a sua dupla face, é outra das contribuições relevantes deste livro.

Com efeito, o intuito de ir fundo na complexidade do fenômeno do emprego doméstico, apostando na inspiração dos debates contemporâneos, talvez seja o traço que une os diversos capítulos. Assim, as organizadoras acertam em cheio quando se alinham ao entendimento de que o trabalho doméstico remunerado é uma das formas que assume o trabalho de cuidado, sendo, portanto, inescapável tomá-lo em suas imbricações e interfaces. Tal intuito transparece desde a escolha do título da obra – é sobre “relações de cuidado” que se trata, aqui tomadas em sua multiplicidade, em sua pluralidade. Ora, esse é um domínio relevante não apenas pela extensa teorização que sobre ele tem sido produzida recentemente (conforme balanço recente de Guimarães e Hirata, 2021), mas também por nos permitir entender um leque de formas e relações de trabalho que é central para agirmos sobre as desigualdades a que estão sujeitas as mulheres na América Latina, tal como Anne Caroline Posthuma bem o documenta no capítulo 1. Trabalhadoras domésticas e cuidadoras aparecem, assim, como personagens igualmente relevantes nas descrições e interpretações que nos são apresentadas.

Assim fazendo, *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade* enriquece o debate brasileiro ao explorar duas vias de análise igualmente desafiadoras. Por um lado, o livro deixa claro como, no Brasil, o processo de mercantilização do trabalho de cuidado internalizou nos domicílios uma multiplicidade de formas de trabalho assalariado, ou, para usar os termos do livro, uma pluralidade de “relações de cuidado”. Em outros países, notadamente no chamado “Norte global”, a mercantilização andou de braços com a externalização do trabalho de cuidado, graças à força do mercado e, em especial, graças à presença das políticas públicas, à ação do Estado. Já entre nós, o familismo – que marca a distribuição de responsabilidades simbólicas em torno do cuidar – fez da casa, do espaço privado, o âmbito por excelência no qual diferentes modalidades de contratação de formas de cuidado se concentravam e precisavam ser geridas. No entanto, é sempre bom lembrar que esse é um movimento circunscrito àqueles grupos sociais em que a renda familiar permitia resolver o provimento do cuidado pela via da internalização de relações mercantis. Apesar de socialmente minoritários, eles se tornaram os grandes consumidores do emprego doméstico, como muito bem o documentam Maria de Fátima Lage Guerra, Lúcia Garcia dos Santos e Edgard Rodrigues Fusaro, no capítulo 5, outra bela contribuição deste livro. Nele se desvendam as características do seletivo contingente dos demandantes desse tipo de trabalho, em uma abordagem inovadora ao tema, que prolonga os achados pioneiros da tese doutoral de Guerra (2017).

Por sua vez, a escolha de tratar o emprego doméstico pelo prisma do cuidado também permite a esta obra trafegar em outra direção interpretativa e, ao fazê-lo, nos presentear com mais novidades. Assim, os seus capítulos 3 – assinado por Luana Pinheiro, Fernanda Goes, Marcela Rezende e Natália Fontoura – e 4 – assinado por Natália Fontoura e Adriana Marcolino – são primorosos ao medir, com dados

bastante atuais, seja os traços das mudanças na relação de emprego, que passam de formas continuadas para formas intermitentes, e de um para múltiplos padrões, quando “mensalistas” cedem lugar a “diaristas”, seja as formas de controle, que passam da sujeição pela residência no local de trabalho para a separação da vida profissional com respeito à que transcorre em seus locais de moradia, seja as formas de proteção ao trabalho, associadas, por exemplo, ao vínculo formal, nas condições dos novos direitos adquiridos, ou à rotatividade entre vínculos. Mudanças essas que transcorrem ao mesmo tempo em que também se alteram os perfis etários (com mais envelhecimento) e de escolarização (com ganhos em anos de estudos) das trabalhadoras.

A mera compilação e atualização dessas tendências já seria um grande aporte ao conhecimento do tema. Todavia, as autoras vão adiante – e esse é o diferencial desses dois capítulos diante do conhecimento já amealhado. No capítulo 4, as autoras conseguem capturar essas múltiplas transformações sublinhando o modo desigual como elas atingem as variadas “relações de cuidado”; ou seja, nem tudo é vivido da mesma forma se miramos as “trabalhadoras do serviço doméstico em geral”, e as comparamos às “trabalhadoras de cuidados pessoais em domicílio”, ou às “cuidadoras de crianças”. E o que dizer dessas tendências se guinamos o olhar dessas categorias avassaladoramente “femininas” para observar o que se passa com os homens assalariados nos domicílios?

O mesmo movimento de acumular conhecimento transcendendo as fronteiras se repete no capítulo 3, no qual somos introduzidos a um primoroso debate sobre o tempo da trabalhadora doméstica. Além da habitual interrogação sobre as pretensões individuais em termos de tempo de trabalho, as autoras nos surpreendem ao apresentar uma pergunta que deveria ser trivial, qual seja a de tratar as trabalhadoras domésticas como sujeitas do mesmo direito a não cuidar, ou, dito de outro modo, à redistribuição do tempo de trabalho não pago. Colocam, assim, o tema nos seus devidos trilhos ao investigarem como as obrigações de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado também afetam aquelas que, enquanto assalariadas, provêm esse mesmo tipo de trabalho em outros domicílios. Mais interessante ainda, essa análise é um belo exemplo de recurso inteligente à perspectiva da interseccionalidade. Sim, porque as autoras documentam de modo inquestionável como tal interseção de planos tem uma “geometria variável” – para usar a feliz imagem de Hirata (2014). No caso em análise, a interseccionalidade entre classe, sexo e cor, que parece seguir o padrão recorrentemente descrito na literatura quando se trata de entender quem provê as formas remuneradas de trabalho doméstico e de cuidados (um exemplo de segregação ocupacional de mulheres negras), cede lugar à perfeita indiferenciação de classe e cor quando se trata do exercício do trabalho de cuidar não pago no âmbito doméstico. Neste, as

diferenças se diluem na “universalização da responsabilidade feminina”, para usar os termos de Pinheiro *et al.* (2019).

Apesar disso, este livro ainda nos brinda com avanços em outra fronteira de conhecimento: como as desigualdades se expressam sob condições de extremo risco, como aquelas postas pela crise sanitária deflagrada pela pandemia do novo coronavírus. Luana Pinheiro, Carolina Tokarski e Marcia Vasconcelos, no capítulo 7, exploraram a vulnerabilidade variável a riscos e o alcance desigual das medidas de políticas públicas no que se referem às trabalhadoras domésticas. Ana Amélia Camarano encerra o livro de modo inovador, retomando um dos pontos-chave no debate: como estimar a demanda e a oferta de cuidados? Entretanto, e de novo, a resposta amplia a fronteira das nossas indagações. Em uma criativa manipulação de diferentes inquéritos estatísticos, a autora vai estimar qual seria, hoje, no Brasil, o quantitativo de idosos que requerem cuidados de longa duração, e quantos desses estão sendo atendidos por suas famílias. Dando um passo adiante, Camarano faz dialogar novas fontes de dados para caracterizar quem, nas famílias, atende a tais necessidades de cuidados, com o que nos leva a confrontar questões cruciais para a política pública no que concerne à responsabilidade do Estado com respeito tanto aos idosos frágeis, quanto a quem deles cuida.

Em suma, *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil* ocupará um lugar importante no conhecimento produzido sobre o trabalho doméstico no Brasil contemporâneo. Do ponto de vista acadêmico, este livro inova ao articular o tema com o debate em curso sobre as relações de cuidado. Isso lhe permite fertilizar o conhecido, agregando novas formas de mirar o fenômeno do trabalho assalariado em domicílios brasileiros e capturando tanto as suas múltiplas personagens quanto a variedade de formas pelas quais as desigualdades nas condições de emprego e nas relações de trabalho ali se expressam. Ademais, esta obra é igualmente rica em consequências e indicações para as políticas públicas, urgentes em um país em que tem sido exígua a presença do Estado, seja na proteção às condições de trabalho de quem cuida, seja no provimento de formas de cuidado, em especial aos idosos dependentes.

Com esta obra e seus resultados robustos e inovadores, certamente celebraremos condignamente os dez anos da Convenção nº 189.

São Paulo, julho de 2021.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, L. Decolonising Labour, Reclaiming Subaltern Epistemologies: Brazilian Domestic Workers and the International Struggle for Labour Rights. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 1, p. 39-63, jan.-abr. 2019.

ÁVILA, M. B. **O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora da UFPE, 2009.

BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 91-109, jul.-dez. 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

CHANEY, E.; CASTRO, M. G. (Ed.). **Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean**. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

FRAGA, A. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

FREITAS, J. B. **Desigualdades em distâncias: gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOLDSTEIN, D. The aesthetics of domination: class, culture, and the lives of domestic workers in Rio de Janeiro. *In*: HALL, K. (Ed.). **Studies in Inequality and Social Justice: essays in honor of ved prakash vatuk**. Meerut (India): Archana Publications, 2009, p. 149-195.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 8., 1979. Pittsburg, 5-7 abr. 1979. Mimeografado.

GUERRA, M. de F. L. **Trabalhadoras domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes**. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. Care workers: a Latin American perspective. *In*: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. **Care and Care Workers: a Latin American perspective**. Cham (Switzerland): Springer Ed., 2021.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KOFES, S. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre empregadoras e empregadas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LIMA, M.; PRATES, I. Emprego doméstico e mudança social. Reprodução e Heterogeneidade na Base da Estrutura Ocupacional Brasileira. **Tempo Social**, v. 31, n. 2, p. 149-172, 2019.

MELO, H. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. (Texto para Discussão, n. 565).

MONÇORES, E. **Emprego doméstico no Brasil**: um estudo sobre as desigualdades e contradições dos cuidados. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976. Disponível em: <<https://bityli.com/njiTC>>.

OKIN, S. M. Gender, the public, and the private. In: HELD, D. (Ed.). **Political theory today**. Cambridge: Polity Press, 1991. p. 67-90. cap. 3.

PICANÇO, F.; BRITES, J. O emprego doméstico no brasil em números, tensões e contradições. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, n. 31, p. 131-158, 2014.

PINHEIRO, L. *et al.* **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2528).

SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SOUZA, F. F. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

TELLES, L. F. da S. **Libertas entre sobrados**: contrato de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.